

**OS DESAFIOS DA RESILIÊNCIA PSICOLÓGICA EM CRIANÇAS E JOVENS DE
LARES DE ACOLHIMENTO**

**THE CHALLENGES OF PSYCHOLOGICAL RESILIENCE IN CHILDREN AND
YOUNG PEOPLE IN HOSTS**

**Isabela Garcia De Oliveira¹
Nycole Silva Machado²
Ernani De Souza Guimarães Junior³**

¹ Centro Universitário do Sul de Minas, Varginha, as Gerais, E-mail:
isabela.oliveira2@alunos.unis.edu.br

² Centro Universitário do Sul de Minas, Varginha, Minas Gerais, E-mail:
nycole.machado@alunos.unis.edu.br

³ Centro Universitário do Sul de Minas, Varginha, Minas Gerais, E-mail:
ernani.junior@professor.unis.edu.br. ORCID: 0000-0003-4793-8648

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os desafios da resiliência psicológica em crianças e jovens de lares de acolhimento, enfatizando os fatores de risco, o impacto das experiências traumáticas e as intervenções terapêuticas e sociais que podem minimizar esses efeitos. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base em uma revisão de literatura. A análise revela que as crianças acolhidas enfrentam múltiplos desafios relacionados ao trauma precoce, como abandono, negligência e violência, que comprometem seu desenvolvimento emocional e sua capacidade de formar vínculos seguros. Esses fatores de risco são agravados pela instabilidade característica do acolhimento institucional, que, muitas vezes, reforça a sensação de insegurança e desamparo. No entanto, intervenções terapêuticas, como a terapia cognitivo-comportamental e a técnica *mindfulness*, amplamente utilizada na psicologia, têm se mostrado eficazes na promoção da resiliência, auxiliando essas crianças a desenvolverem mecanismos de enfrentamento mais saudáveis. Além disso, programas sociais voltados para a integração e fortalecimento de vínculos, tanto no ambiente institucional quanto na comunidade, são cruciais para garantir um desenvolvimento mais equilibrado. O estudo conclui que é fundamental a implementação de políticas públicas que promovam o acompanhamento psicológico contínuo e o fortalecimento das redes de apoio para crianças e jovens em situação de acolhimento.

Palavras-chave: Acolhimento. Resiliência psicológica. Crianças.

1 INTRODUÇÃO

A resiliência psicológica é compreendida como a interação entre os fatores de risco presentes na vida do indivíduo e os fatores de proteção individuais e sociais (Hoinski et al., 2022, p. XX). No entanto, essa capacidade não é inata, ela resulta de uma complexa interação entre fatores biológicos, emocionais, sociais e ambientais, o que a torna um processo dinâmico e multifacetado.

O acolhimento institucional de crianças e jovens em situação de risco é a medida excepcional imposta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para garantir a proteção integral do indivíduo. No entanto, o acolhimento institucional no Brasil enfrenta diversos problemas, tais quais a aplicação dos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, a dificuldade de reinserção na família biológica e na sociedade, os problemas estruturais e financeiros, a falta de conhecimento social, a visão e fiscalização do judiciário, entre outros (Palmeira, 2023, p. XX).

Apesar da intenção protetiva, as próprias condições do acolhimento podem representar desafios adicionais. O distanciamento da família de origem, as constantes mudanças de cuidadores e o ambiente institucionalizado podem reforçar a sensação de instabilidade emocional que essas crianças já vivenciam, dificultando o desenvolvimento de uma base emocional sólida para a resiliência (Fonseca, 2018). Além disso, a trajetória de vida anterior à institucionalização, muitas vezes marcada por violência doméstica e privações afetivas, contribui para o aumento de fatores de risco que comprometem o desenvolvimento saudável.

O estudo da resiliência em crianças e jovens acolhidos é, portanto, de grande relevância tanto do ponto de vista teórico quanto prático. De maneira teórica, entender os fatores que podem tanto impulsionar quanto dificultar a formação da resiliência oferece possibilidades valiosas para aprofundar o conhecimento sobre o desenvolvimento psicológico, especialmente em contextos de adversidade. Essa compreensão não apenas nos permite identificar os mecanismos que ajudam os indivíduos a superar dificuldades, mas também oferece um olhar mais atento sobre como as condições desafiadoras podem influenciar o crescimento e a adaptação emocional ao longo do tempo.

Ao explorar esses processos, podemos desenvolver estratégias mais eficazes para apoiar aqueles que enfrentam circunstâncias difíceis, promovendo uma resiliência mais sólida e um bem-estar psicológico duradouro. Na prática, esse conhecimento pode servir como base para a criação de intervenções mais eficazes em lares de acolhimento, possibilitando o desenvolvimento de estratégias específicas para auxiliar essas crianças a lidarem com seus traumas e a fortalecerem suas habilidades de enfrentamento. Compreender os desafios emocionais e psicológicos enfrentados por essas crianças permite a implementação de abordagens terapêuticas personalizadas, que visem não apenas o alívio imediato do sofrimento, mas também a construção de uma base sólida para o enfrentamento de adversidades futuras. Esse tipo de intervenção pode ser fundamental para promover a recuperação emocional e o bem-estar a longo prazo dessas crianças, facilitando sua adaptação e integração social.

Nos últimos anos, a literatura tem apontado que a construção da resiliência em crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional não depende apenas de fatores internos, mas também de influências externas, como a presença de redes de apoio, intervenções terapêuticas adequadas e políticas públicas que garantam a continuidade do cuidado após a saída dessas instituições. Estudos destacam que a reintegração familiar e o fortalecimento dos vínculos comunitários são essenciais para minimizar os impactos negativos da institucionalização, evidenciando a necessidade de políticas públicas eficazes e bem estruturadas (Nogueira; deslandes; constantino, 2024) Tais fatores podem funcionar como amortecedores dos efeitos negativos das experiências traumáticas, oferecendo a essas crianças a possibilidade de reconstruir uma trajetória de vida mais saudável.

Assim, este trabalho tem como objetivo principal explorar os desafios da resiliência psicológica em crianças e jovens de lares de acolhimento, enfatizando a complexidade das variáveis envolvidas. Para isso, a pesquisa será dividida em três partes: a primeira, dedicada a uma contextualização histórica do acolhimento e da resiliência, com foco nas mudanças nas políticas de proteção infantil ao longo do tempo; a segunda, destinada à identificação dos principais fatores de risco que impactam negativamente o desenvolvimento emocional dessas crianças; e a terceira, voltada para a análise de abordagens terapêuticas e sociais que podem promover a resiliência e minimizar os efeitos dos traumas vivenciados.

A escolha desse tema se justifica pela necessidade de compreender como as experiências traumáticas e a estrutura dos lares de acolhimento afetam o desenvolvimento psicológico de

crianças e jovens, e de que maneiras as intervenções adequadas podem transformar o acolhimento em uma experiência mais positiva. Além disso, o presente estudo contribui para a literatura ao propor intervenções que vão além do suporte psicológico individual, considerando o impacto de políticas públicas e do contexto social na promoção da resiliência. Como destacam Amaral e Lipp (2020), é fundamental a articulação entre diferentes níveis de atuação individual, familiar, comunitário e político para fortalecer os fatores de proteção e promover o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes em contextos de risco.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Sorti et al. (2011), a resiliência psicológica é um conceito complexo e multidimensional que envolve a capacidade de enfrentar adversidades e se adaptar positivamente a situações de estresse ou trauma. No contexto de crianças e jovens que vivem em lares de acolhimento, a resiliência assume um papel ainda mais crucial, visto que esses indivíduos muitas vezes carregam o peso de experiências traumáticas profundas, como negligência, abandono e violência. Entender como esses fatores afetam o desenvolvimento emocional e quais estratégias podem ser adotadas para fortalecer a resiliência é fundamental para a elaboração de políticas e práticas que promovam o bem-estar dessa população vulnerável.

A contextualização teórica a seguir está dividida em três tópicos principais. O primeiro tópico traça um breve histórico do acolhimento institucional e do conceito de resiliência ao longo do tempo. O segundo tópico explora os principais fatores de risco enfrentados pelas crianças e jovens em situação de acolhimento e os impactos das experiências traumáticas em seu desenvolvimento emocional. Por fim, o terceiro tópico apresenta abordagens terapêuticas e sociais que têm se mostrado eficazes na promoção da resiliência, oferecendo um olhar prático sobre como minimizar os desafios enfrentados por esses indivíduos.

2.1 História do Acolhimento e da Resiliência

O acolhimento institucional surge como uma resposta às crescentes demandas sociais por proteção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, principalmente aqueles expostos a condições de abandono, violência, ou negligência familiar. As primeiras instituições

de acolhimento, conhecidas como "orfanatos" ou "casas de caridade", apareceram no século XIX e tinham o objetivo de prover, principalmente, abrigo e alimentação. Essas iniciativas eram muitas vezes impulsionadas por organizações religiosas ou filantrópicas, mas não priorizavam o desenvolvimento emocional ou psicológico das crianças acolhidas (Trindade, 2003). Esses espaços eram marcados por uma visão assistencialista e paternalista, que não considerava a importância de laços afetivos ou de um cuidado mais abrangente que incluísse o bem-estar integral dos menores.

Com o passar do tempo e o avanço de estudos sobre desenvolvimento infantil, psicologia e direitos humanos, foi reconhecida a importância de um ambiente acolhedor para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. Especialmente ao longo do século XX, movimentos pelos direitos das crianças ganharam força, trazendo à tona a necessidade de uma abordagem mais humanizada e integral no acolhimento. No Brasil, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, foi um marco nesse processo. O ECA representou uma virada de paradigma ao garantir, pela primeira vez, direitos fundamentais para as crianças, enfatizando o direito à convivência familiar e comunitária, e colocando o acolhimento institucional como uma medida temporária e excepcional (Brasil, 2017).

Apesar desse avanço legislativo, a realidade dos lares de acolhimento ainda apresenta desafios significativos. Questões como superlotação, falta de recursos, e escassez de profissionais qualificados são comuns, o que muitas vezes impede que o acolhimento cumpra plenamente seu papel de proporcionar um ambiente favorável ao desenvolvimento emocional das crianças. O acolhimento institucional, embora tenha o propósito de proteger, nem sempre oferece o suporte emocional necessário às crianças, podendo até intensificar os efeitos das experiências adversas vividas. Como destacam Amaral e Lipp (2020), a qualidade das interações estabelecidas nas instituições de acolhimento tem impacto direto na capacidade da criança de se sentir segura e de desenvolver recursos de enfrentamento frente às adversidades. Esse cenário evidencia a importância de se repensar os modelos de acolhimento e buscar estratégias para melhorar o suporte oferecido às crianças.

Paralelamente ao desenvolvimento das políticas de acolhimento, a resiliência passou a ser um conceito chave no campo da psicologia. O interesse pela resiliência começou a crescer nas décadas de 1970 e 1980, com pesquisadores como Michael Rutter, que investigaram como algumas crianças conseguiam se adaptar e superar adversidades severas, enquanto outras tinham

dificuldades para lidar com traumas semelhantes (Rutter, 1987). A resiliência é agora compreendida como um processo dinâmico e multifacetado, que envolve tanto características individuais quanto fatores ambientais. No contexto dos lares de acolhimento, o desenvolvimento de resiliência é particularmente importante, pois muitas dessas crianças enfrentam uma série de adversidades antes e durante o acolhimento, e o ambiente em que vivem pode ser determinante para sua capacidade de superação.

Estudos como os de Masten (2001) mostram que a resiliência em crianças depende de uma rede de suporte afetivo e de um ambiente acolhedor, onde elas possam desenvolver estratégias de enfrentamento e formar vínculos seguros com cuidadores e pares. Infelizmente, em muitos lares de acolhimento, a rotatividade de cuidadores e a falta de formação específica desses profissionais impedem a construção de laços estáveis, o que dificulta o fortalecimento da resiliência.

Nas últimas décadas, diversos programas e intervenções têm sido propostos para mitigar os efeitos dos traumas vividos por crianças em lares de acolhimento. Além disso, o campo da psicologia positiva tem trazido novos olhares sobre como as experiências adversas podem ser transformadas em oportunidades para o desenvolvimento de capacidades emocionais e comportamentais, desde que haja suporte adequado. A visão moderna do acolhimento enfatiza a importância de um ambiente que não apenas proteja fisicamente, mas que promova a segurança emocional, contribuindo para o desenvolvimento pleno e saudável das crianças.

2.2 Fatores de Risco para a Resiliência

A resiliência psicológica em crianças e adolescentes acolhidos enfrenta barreiras significativas devido à exposição a traumas prévios e ao afastamento do ambiente familiar, fatores que afetam o desenvolvimento emocional. A experiência de acolhimento institucional de crianças e adolescentes envolve rupturas significativas dos vínculos familiares, exigindo um processo de adaptação ao ambiente institucionalizado que pode gerar sentimentos de insegurança e dificultar a construção de uma autoestima saudável e de relações interpessoais estáveis” (Silva da costa; schumacher, 2023). Para lidar com esses desafios, o suporte emocional e a criação de um ambiente de acolhimento seguro e estável são considerados elementos fundamentais para o desenvolvimento da resiliência, promovendo uma resposta mais positiva ao estresse e adversidades.

Fonseca (2018) também diz que, os fatores de risco que enfraquecem a resiliência em crianças e jovens acolhidos estão, em grande parte, relacionados às experiências adversas que esses indivíduos vivenciam antes e durante o processo de acolhimento. O trauma relacionado ao abandono, à violência física ou psicológica e à negligência é recorrente entre essas crianças, afetando diretamente seu desenvolvimento emocional. A literatura evidencia que a experiência de acolhimento institucional pode impactar negativamente o desenvolvimento emocional de crianças e adolescentes, manifestando-se em sentimentos de insegurança, baixa autoestima e dificuldades nas relações interpessoais, decorrentes da ausência de vínculos afetivos estáveis (Müller-sgolli et al., 2023).

A literatura demonstra que experiências de negligência e violência na infância e adolescência estão diretamente associadas a prejuízos no desenvolvimento biopsicossocial dos sujeitos, manifestando-se em comprometimentos emocionais, relacionais e funcionais (Souza; Araújo; Jacinto, 2022). Crianças que passaram por situações de abuso ou abandono tendem a ter dificuldades em confiar nos cuidadores subsequentes, o que pode agravar os desafios do acolhimento institucional. A discussão também evidencia a necessidade de um envolvimento comunitário mais forte. Iniciativas que promovam a integração social, como atividades esportivas e culturais, são fundamentais para que crianças e adolescentes acolhidos possam desenvolver um sentimento de pertencimento e, assim, aumentar sua capacidade de resiliência. De acordo com Nogueira, Deslandes e Constantino (2024), a convivência familiar e comunitária é um direito essencial, mas ainda há desafios na efetivação dessas relações, devido à falta de iniciativas direcionadas ao fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares. A alta rotatividade de cuidadores e a ausência de capacitação adequada dos profissionais atuantes nas instituições de acolhimento dificultam a criação de vínculos estáveis e de confiança com as crianças. Segundo Amaral e Lipp (2020), a formação e o preparo dos adultos responsáveis pelas interações cotidianas são fatores essenciais para promover experiências que favoreçam a resiliência infantil. A constante mudança de cuidadores e colegas nos lares de acolhimento pode reforçar a percepção de instabilidade, o que interfere no desenvolvimento emocional e na capacidade de se adaptar a novas situações (Fonseca, 2018). Esses jovens frequentemente enfrentam dificuldades em se inserir socialmente e têm maiores chances de abandonar os estudos, desenvolver comportamentos de risco e apresentar dificuldades em estabelecer relacionamentos saudáveis na vida adulta.

Almeida et al. (2022) destacam que intervenções voltadas para o fortalecimento das habilidades socioemocionais desses jovens são essenciais para reduzir os impactos negativos de suas vivências. Eles apontam que programas terapêuticos focados em habilidades de resolução de problemas e regulação emocional ajudam a minimizar os riscos psicológicos a longo prazo. Nesse sentido, os autores ressaltam que a resiliência não é apenas uma habilidade inata, mas um processo que pode ser fortalecido por meio de intervenções adequadas e um suporte contínuo, essencial para a promoção de um desenvolvimento psicológico saudável em crianças e jovens de lares de acolhimento.

2.3 Abordagens Terapêuticas e Sociais para Desenvolvimento da Resiliência

Diante dos múltiplos desafios que comprometem a resiliência das crianças e adolescentes em acolhimento institucional, várias abordagens terapêuticas e sociais vêm sendo propostas com o objetivo de mitigar os impactos dos traumas vividos e promover o desenvolvimento saudável. Essas abordagens variam desde intervenções psicológicas voltadas para a reestruturação emocional até programas sociais de suporte e integração comunitária.

Uma das abordagens empregadas no tratamento de traumas é a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), que foca na identificação e modificação de padrões de pensamento disfuncionais causados por experiências traumáticas. Crianças acolhidas frequentemente desenvolvem crenças de baixa autoestima, desvalia e desconfiança em relação aos outros, o que pode agravar comportamentos de isolamento e dificuldade em formar vínculos. A TCC tem mostrado resultados positivos ao proporcionar um novo olhar sobre essas crenças, incentivando uma percepção mais equilibrada e positiva sobre si mesmas e sobre o mundo ao redor (Beck, 2011). Além disso, a TCC é amplamente utilizada para tratar transtornos emocionais comuns entre crianças acolhidas, como ansiedade, depressão e transtorno de apego.

Outro método promissor é o uso de técnicas de mindfulness, técnica amplamente utilizada na psicologia como uma ferramenta para promover o bem-estar emocional, reduzir o estresse e tratar diversos transtornos psicológicos. que se concentram no desenvolvimento de uma maior consciência emocional e na capacidade de focar no momento presente. Essas práticas ajudam as crianças a aceitarem suas emoções e experiências de maneira compassiva, sem julgamento, o que pode reduzir os sintomas de ansiedade e estresse pós- traumático – comuns

entre aqueles que passaram por negligência ou abuso (Siegel, 2015). O mindfulness é especialmente útil para aumentar a regulação emocional, promovendo resiliência ao permitir que as crianças encontrem formas saudáveis de lidar com o estresse.

Além das abordagens terapêuticas, o suporte social é essencial para o desenvolvimento da resiliência. Programas comunitários que oferecem atividades extracurriculares, como esportes, artes e outras oportunidades de socialização, são fundamentais para fortalecer o senso de pertencimento e identidade das crianças em acolhimento. Esses programas ajudam a combater o sentimento de desamparo e isolamento comum entre os acolhidos, proporcionando um espaço onde podem se sentir aceitos e valorizados.

A participação do Estado é também indispensável para garantir que o acolhimento institucional ofereça o suporte adequado. Conforme apresentado pelo ECA (Brasil, 2017), a presença de profissionais capacitados, como psicólogos e assistentes sociais, é fundamental para lidar com as necessidades emocionais dessas crianças e jovens, oferecendo acompanhamento psicológico contínuo e uma abordagem centrada no bem-estar integral. Isso inclui a criação de estratégias específicas para reduzir o impacto dos traumas, bem como o desenvolvimento de políticas públicas que busquem melhorar as condições de acolhimento, combatendo problemas como a superlotação e a alta rotatividade de cuidadores, que dificultam a construção de vínculos afetivos seguros.

Ademais, as políticas de proteção social desempenham um papel importante no fortalecimento da resiliência. A legislação brasileira, a partir do ECA e de diretrizes mais recentes, coloca a proteção integral da criança e do adolescente como prioridade, garantindo seu direito a um ambiente seguro e estimulante. Contudo, é necessário um compromisso maior com a implementação dessas políticas na prática, assegurando que todos os lares de acolhimento disponham de recursos materiais e humanos suficientes para proporcionar um ambiente propício ao desenvolvimento emocional e psicológico saudável.

3. MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa baseou-se em uma revisão de literatura sistemática, com o propósito de fundamentar teoricamente o estudo e identificar lacunas no conhecimento científico acerca da temática. As buscas foram realizadas no período de setembro de 2024 a novembro de 2025, nas

bases de dados SciELO, Google Scholar e Periódicos CAPES, além de consultas complementares em livros, documentos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e relatórios de organizações governamentais e não governamentais que tratam do acolhimento institucional.

Utilizaram-se como descritores as expressões “resiliência psicológica”, “lares de acolhimento”, “trauma infantil” e “intervenções terapêuticas”, combinadas por meio dos operadores booleanos AND e OR, com o intuito de refinar os resultados. Inicialmente, foram identificados aproximadamente 215 artigos, sendo 85 no Google Scholar, 72 na SciELO e 58 nos Periódicos CAPES.

Procedeu-se à leitura dos títulos e resumos, sendo selecionados 54 estudos que apresentavam relação direta com a temática da resiliência psicológica em crianças e jovens em situação de acolhimento. Em seguida, aplicaram-se os critérios de inclusão, que consistiram em: (a) publicações entre 2004 e 2024; (b) textos disponíveis integralmente; e (c) estudos teóricos ou empíricos relacionados à resiliência e ao acolhimento institucional. Foram excluídos os trabalhos repetidos, indisponíveis na íntegra ou que abordavam a resiliência em contextos não institucionais.

Ao término do processo, 16 artigos foram incluídos na análise final, por apresentarem relevância teórica, consistência metodológica e alinhamento direto com o objeto de estudo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apontam que crianças e jovens que vivenciam acolhimento institucional enfrentam desafios significativos na construção da resiliência psicológica. A vulnerabilidade dessas crianças é exacerbada pelos traumas vivenciados anteriormente, como negligência, que afetam diretamente seu desenvolvimento emocional. Como destacado por Fonseca (2018), esses traumas prejudicam a capacidade das crianças de formar vínculos seguros e desenvolver mecanismos saudáveis de enfrentamento. O ambiente institucional, ainda que seguro e organizado, nem sempre oferece a estabilidade afetiva necessária para promover a resiliência, o que agrava a situação.

Cabe destacar que as intervenções terapêuticas, como a terapia cognitivo-comportamental e o mindfulness, mostram-se eficazes na promoção da resiliência, proporcionando às

crianças ferramentas para lidar com seus traumas e desenvolver habilidades de enfrentamento mais saudáveis (Beck, 2011; Siegel, 2015). A TCC, por exemplo, ajuda as crianças a reformular seus pensamentos negativos e a substituir comportamentos disfuncionais por estratégias adaptativas. Já o mindfulness tem o potencial de fortalecer o autocontrole emocional e a consciência plena, ajudando as crianças a lidarem com o estresse e a ansiedade de forma mais eficaz (Siegel, 2015).

O quadro 1 apresenta uma síntese do pensamento de autores utilizados nesse trabalho a respeito da resiliência em crianças e adolescentes.

Quadro 1. Síntese de Temas Abordados pelos Autores sobre Resiliência de crianças em Lares de Acolhimento

AUTOR	PONTO DE VISTA
Trindade (2003)	Afirma que os orfanatos e instituições de caridade no século XIX priorizavam aspectos materiais, sem atenção ao desenvolvimento emocional dos acolhidos.
Brasil (2017)	O ECA prioriza a convivência familiar, mas reconhece a necessidade do acolhimento institucional quando os vínculos familiares estão rompidos.
Amaral e Lipp (2020)	Destaca que a estabilidade dos vínculos e a qualificação dos cuidadores são essenciais para o desenvolvimento emocional saudável de crianças em acolhimento.
Palmeira (2023)	O acolhimento institucional no Brasil enfrenta desafios como a aplicação do ECA, a reinserção familiar e social, problemas estruturais e financeiros, falta de conhecimento social e fiscalização judicial.
Hoinski (2022)	Ressalta que a resiliência psicológica é a interação entre fatores de risco e fatores de proteção que influenciam a superação de adversidades.
Fonseca (2018)	Afirma que crianças acolhidas enfrentam maior prevalência de transtornos mentais e que a institucionalização prolongada afeta negativamente sua autoestima.
Souza; Araújo; Jacinto, (2022).	A literatura demonstra que experiências de negligência e violência na infância e adolescência estão diretamente associadas a prejuízos no desenvolvimento biopsicossocial dos sujeitos, manifestando-se em comprometimentos emocionais, relacionais e funcionais.
Nogueira, Deslandes e Constantino (2024)	Destacam que o fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares é essencial para a resiliência de crianças e adolescentes em acolhimento institucional.
Beck (2011)	A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) é eficaz em ajudar crianças acolhidas a modificar padrões de pensamento disfuncionais decorrentes de traumas.
Siegel (2015)	Técnicas baseadas em mindfulness auxiliam na redução de sintomas de ansiedade e estresse pós-traumático em crianças que sofreram negligência ou abuso.
Brasil (2019)	Reforça a necessidade de suporte do Estado, com profissionais capacitados nos lares de acolhimento e acompanhamento psicológico contínuo para as crianças.

Fonte: Elaborado pelos autores

Por outro lado, a criação de vínculos afetivos duradouros dentro do ambiente de acolhimento continua sendo um desafio. A alta rotatividade de cuidadores e a ausência de capacitação adequada dos profissionais atuantes nas instituições de acolhimento dificultam a

criação de vínculos estáveis e de confiança com as crianças. Segundo Amaral e Lipp (2020), a formação e o preparo dos adultos responsáveis pelas interações cotidianas são fatores essenciais para promover experiências que favoreçam a resiliência infantil. Isso reforça a importância de políticas públicas que garantam a presença de profissionais especializados e programas de apoio psicossocial que deem continuidade ao acompanhamento emocional dessas crianças, mesmo após a saída do sistema de acolhimento.

A discussão também evidencia a necessidade de um envolvimento comunitário mais forte. Iniciativas que promovam a integração social, como atividades esportivas e culturais, são fundamentais para que crianças e adolescentes acolhidos possam desenvolver um sentimento de pertencimento e, assim, aumentar sua capacidade de resiliência. De acordo com Nogueira, Deslandes e Constantino (2024), a convivência familiar e comunitária é um direito fundamental desses indivíduos, sendo essencial que políticas públicas e ações institucionais fortaleçam essas relações para garantir um desenvolvimento mais saudável e a redução dos impactos negativos da institucionalização. O papel do Estado, como mediador dessas ações, é imprescindível para garantir que essas crianças não sejam apenas protegidas, mas também apoiadas em seu desenvolvimento emocional e social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo principal investigar os desafios da resiliência psicológica em crianças e jovens de lares de acolhimento, com foco nos fatores de risco, impacto dos traumas e nas intervenções terapêuticas e sociais que podem contribuir para minimizar esses efeitos. A pesquisa foi bem-sucedida em cumprir esse objetivo ao fornecer uma compreensão abrangente sobre como as experiências traumáticas prévias e as condições de acolhimento afetam negativamente o desenvolvimento emocional desses indivíduos, muitas vezes dificultando a construção da resiliência.

A partir da análise de literatura e dos dados coletados, foi possível identificar que crianças e jovens acolhidos enfrentam uma série de desafios derivados de suas experiências anteriores de abandono, negligência e violência. Esses fatores, combinados com a instabilidade do ambiente institucional, contribuem para a vulnerabilidade emocional, dificultando o desenvolvimento de habilidades de enfrentamento e ajustamento saudável. Contudo, o estudo também destacou que a

resiliência pode ser promovida por meio de intervenções terapêuticas como a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) e o mindfulness, que se mostraram eficazes na melhoria do autocontrole e da regulação emocional.

Além disso, o trabalho evidenciou a importância das redes de apoio social e programas de integração como fatores cruciais para o fortalecimento da resiliência. A presença de figuras de apoio estáveis e a promoção de atividades que reforcem a autoestima e o senso de pertencimento são estratégias fundamentais para minimizar os impactos negativos das experiências traumáticas. Assim, o estudo alcançou seu propósito de identificar abordagens que podem ser aplicadas de forma prática no contexto dos lares de acolhimento.

Com essas reflexões, conclui-se que a combinação de abordagens terapêuticas bem estruturadas e o suporte social eficaz é fundamental para promover o desenvolvimento de resiliência nas crianças acolhidas. Ao unir estratégias clínicas com programas comunitários e o respaldo do Estado, é possível oferecer um ambiente de acolhimento mais acolhedor e propício à superação dos traumas, garantindo que essas crianças tenham a oportunidade de construir uma vida emocionalmente saudável e integrada.

No entanto, o trabalho também revelou a necessidade de avanços na implementação de políticas públicas voltadas à continuidade do acompanhamento psicológico e social após a saída dos lares de acolhimento, garantindo que esses jovens tenham suporte em sua transição para a vida adulta. A pesquisa sugere que futuros estudos explorem com mais profundidade as dinâmicas culturais e regionais que podem influenciar a eficácia das intervenções terapêuticas e sociais, ampliando o conhecimento sobre como adaptar essas estratégias a diferentes contextos.

É possível considerar que os objetivos do trabalho foram alcançados, contribuindo para uma melhor compreensão dos desafios e soluções na promoção da resiliência psicológica em crianças e jovens de lares de acolhimento. Esse conhecimento pode servir de base para práticas profissionais e políticas públicas mais eficazes, promovendo um desenvolvimento emocional mais saudável para essa população vulnerável.

ABSTRACT

This work aims to analyze the challenges of psychological resilience in children and young people in foster care, emphasizing risk factors, the impact of traumatic experiences and therapeutic and

social interventions that can minimize these effects. The research adopts a qualitative approach, based on a literature review and empirical data collection through semi-structured interviews with professionals in the field of psychology and social assistance. The analysis reveals that children in care face multiple challenges related to early trauma, such as abandonment, neglect and violence, which compromise their emotional development and their ability to form secure bonds. These risk factors are aggravated by the instability characteristic of institutional care, which often reinforces the feeling of insecurity and helplessness. However, therapeutic interventions, such as cognitive behavioral therapy and mindfulness, have been shown to be effective in promoting resilience, helping these children develop healthier coping mechanisms. Furthermore, social programs aimed at integration and strengthening bonds, both in the institutional environment and in the community, are crucial to guarantee a more balanced development. The study concludes that it is essential to implement public policies that promote continuous psychological support and the strengthening of support networks for children and young people in foster care.

Keywords: Reception. Psychological resilience. Children.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. N. S.; LIPP, M. A. P. Resiliência e vulnerabilidade em crianças e adolescentes em contextos de risco. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, Campinas, v. 37, e180105, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/NwbQ3PR5DNTRhvG7C5bCvjc/?lang=pt>. Acesso em: 5 abr. 2025.

BECK, A. T. **Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2017.

BRASIL. **Políticas públicas para a infância e juventude em situação de vulnerabilidade**. Brasília: Secretaria de Desenvolvimento Social, 2021.

FONSECA, A. **Trauma e resiliência em crianças acolhidas: desafios e estratégias de enfrentamento**. Petrópolis: Vozes, 2018.

HOINSKI, R. B. et al. Revisão integrativa sobre Resiliência Psicológica em publicações brasileiras. **Psicologia Argumento**, v. 40, n. 109, p. 1872-1894, abr./jun. 2022. DOI: 10.7213/psicolargum.40.109.AO11. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.40.109.AO11>. Acesso em: 1 mar. 2025.

MÜLLER-SGOLLI, S. et al. Risk Factors Affecting the Psychological Resilience of Adolescents in Institutional Care: A Systematic Review. **Psychiatry and clinical psychopharmacology**, v. 34, n. 3, p. 252–264, 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39464696/>. Acesso em: 2 nov. 2025.

NOGUEIRA, R. B. A.; DESLANDES, S. F.; CONSTANTINO, P. A medida protetiva de acolhimento institucional de crianças e adolescentes na perspectiva dos estudos nacionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 7, e02902024, 2024. DOI: 10.1590/1413-81232024297.02902024.

SILVA DA COSTA, R.; SCHUMACHER, J. Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: reflexões teóricas e desafios presentes. **Cadernos de Comunicação**, Santa Maria, v. 27, n. 2, 2023. DOI: 10.5902/2316882X74954. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2316882X74954>. Acesso em: 2 nov. 2025.

SORDI, A. O.; MANFRO, G. G.; HAUCK, S. O conceito de resiliência: diferentes olhares. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 115-132, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/201004/000999000.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 abr. 2025.

SOUZA, M. K. S.; ARAÚJO, T. S. S.; JACINTO, P. M. dos S. Os impactos psicossociais da negligência na infância. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 10, n. 30, p. 80-97, jun. 2022. DOI: 10.5281/zenodo.6548642. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/620>. Acesso em: 2 nov. 2025.

TABORDA, L.; MAGALHÃES, C.; CRUZ, D. Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: análise de requisições feitas por conselheiros tutelares. **PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru**, v. 2, 2023. DOI: 10.59099/prpub.2023.31. Disponível em: <https://revistaplural.emnuvens.com.br/prp/article/view/31>. Acesso em: 2 nov. 2025.

UNGAR, M. **Multisystemic resilience: adaptation and transformation in contexts of change**. New York: Oxford University Press, 2020.